

Cristianismo de Libertação e Ditadura Militar no Brasil

Alessandro Rodrigues Rocha¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhranpuh.v11i32.43285>

Resumo: O Artigo *Cristianismo de Libertação e Ditadura Militar no Brasil* faz um recorte histórico no período de formação, implantação e implementação do golpe militar no Brasil, focalizando sobretudo as posturas da Igreja Católica. Para a análise desse contexto será feito o seguinte traje: Em primeiro lugar a leitura das concepções ideológicas subjacentes ao golpe de 1964; em seguida a apresentação das relações da CNBB com os movimentos sociais e a afirmação de uma igreja dos pobres; por fim, as contribuições das CEBs na resistência camponesa à ditadura.

Palavras-chave: Cristianismo de Libertação, Ditadura Militar, CEBs

Christianity and the military dictatorship in Brazil

Abstract: The Article *Christianity and military dictatorship in Brazil* makes a historical clipping in the period of training, deployment and implementation of the military coup in Brazil, focusing on the attitudes of the Catholic Church. For the analysis of this context will be done the following costume: first reading of ideological conceptions underlying the 1964 coup; then the presentation of relations of the Brazilian Bishops with the social movements and the affirmation of a church of the poor; Finally, the contributions of CEBs on peasant resistance to dictatorship.

Key-words: Christianity of liberation, military dictatorship, CEBs

Cristianismo y la dictadura militar en Brasil

Resumen: El artículo cristianismo y dictadura militar en Brasil hacen un recorte el período de formación, implementación y ejecución del golpe de estado militar en Brasil, centrándose en las actitudes de la iglesia católica. Para el análisis de este contexto el siguiente traje: primera lectura de concepciones ideológicas que el golpe de estado de 1964; luego de la presentación de las relaciones de la CNBB con el movimientos sociales

¹ Graduado em Filosofia (UCP) e Teologia (CES-JF), pós-graduado em Educação (PUC-Minas) e Ciências da Religião (UGF), Mestre e Doutor em Teologia (PUC-Rio), Pós-doutor em Literatura (PUC-RIO), Pós-doutor em Teologia (UCP). Diretor do Instituto Interdisciplinar de Leitura da PUC-Rio, professor de graduação e pós-graduação da Faculdade Unida. Email: alessandro.rod Rocha@gmail.com

y la afirmación de una iglesia de los pobres; Finalmente, las contribuciones de la CEBS en la resistencia campesina a la dictadura.

Palabras clave: Cristianismo, dictadura militar de liberación de CEBS

Recebido em 14/06/2018 - Aprovado em 05/08/2018

Introdução

O mundo pós Segunda Guerra ficou dividido entre os blocos socialista (URSS) e capitalista (EUA), onde cada bloco procurava ampliar suas influências pelo globo e chegando assim aos países do terceiro mundo, onde buscariam também estabelecer suas rotas de influência. Ao mesmo tempo estava em curso o avanço das teorias do desenvolvimento que disseminavam a ideia de que o efetivo progresso da sociedade se daria por meio da industrialização de suas economias e a afirmativa legitimadora delas no encontro com o terceiro mundo, era de que esse movimento seria responsável por oferecer suporte ao caminho da superação de seus problemas sociais históricos.

No Brasil, essas teorias ganharam corpo e fôlego por meio do desenvolvimentismo que, por sua vez, promoveria no país alguma industrialização amparada pelas forças - entre si aliadas - do Estado, das burguesias nacionais e, principalmente, do capital internacional norte-americano, vindo por meio de financiamentos e investimentos não só na industrialização, mas, na infraestrutura necessária à ela. Neste sentido, o projeto desenvolvimentista que se dava com participação fundamental do capital norte-americano fazia parte do programa estratégico para a contenção das ideias de cunho socialista no continente.

Baseado desse panorama, em análise ao caso brasileiro, observa-se o golpe de 1964 como maneira de garantir a impermeabilidade do aparelho do Estado por essas ideias, bem como o seu funcionamento norteador por ideais neoliberais que priorizariam os pactos com o capital externo em detrimento do desenvolvimento interno, como anunciado pelos teóricos marxistas dependentistas. O presente artigo pretende analisar tal cenário na perspectiva de perceber a presença da religião, bem como sua complexa participação.

Para tanto percorreremos o seguinte percurso: a ideologia golpista e a preparação para o golpe de 1964; a ordem Dominicana e seu apoio à resistência ao regime militar; a Igreja dos pobres: a CNBB a serviço do povo; as CEBS e a resistência camponesa à ditadura.

1 – Concepções ideológicas subjacentes ao golpe de 1964

No caso brasileiro, o que se percebe é que o golpe civil-militar foi a culminância de um conflito ideológico sobre como se daria o impulso rumo ao desenvolvimento do país. Para evidenciar esta informação propomos um olhar sobre o modo como se relacionaram dois institutos representantes de distintos grupos sociais, a saber o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), com destaque para essa segunda organização, com a intenção de se ter algum aporte contextual para compreensão do que foi o golpe civil-militar e a que interesses beneficiou e, a partir destas informações conseguir traçar e identificar os motivos da luta da teologia da libertação contra o regime ditatorial que se instaurou a partir de então.

Assim, na querela ideológica que se irá estabelecer entre os mencionados órgãos, acreditavam os intelectuais do ISEB em um desenvolvimento por via nacionalista que priorizasse o crescimento da burguesia industrial nacional vinculada ao proletariado e movimentos trabalhistas, em detrimento do capital internacional e das burguesias latifundiárias, dado o fato de que estes últimos teriam interesses diferentes na modernização da economia brasileira. Do lado oposto, pode-se identificar o IPES, formado majoritariamente por empresários ligados ao capital internacional residentes principalmente no RJ e SP e intelectuais apoiadores do liberalismo conservador e que, através dos meios de propaganda que dispunham, terminaram por angariar também a participação militar às suas deliberações além de parcelas significativas de outros setores da sociedade civil (TOLEDO, 2006, p. 125).

Os interesses entre os dois supracitados institutos de estudos eram antagônicos porque representavam classes e projetos igualmente antagônicos. Assim, enquanto os isebianos defendiam o desenvolvimento de forma que as massas participassem e também pudessem conduzir o processo de desenvolvimento, o IPES, segundo uma análise de Toledo sobre os escritos de Dreifuss:

O que unificava esses agentes (intelectuais e empresários do IPES) eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de reformular o Estado brasileiro. Embora os empresários tivessem supremacia no plano econômico e ascendência no campo da tecnoburocracia, a *elite orgânica* defendia a necessidade deles alcançarem a direção política e ideológica no interior da sociedade brasileira no início dos anos 60. (TOLEDO, 2006, p. 125).

O IPES, assim, coexistia e era prestigiado não só nos ambientes concernentes ao Estado porém, contava ainda com o apoio de considerável parcela da sociedade civil, como informa, mais uma vez, Toledo (2006, p. 126): “Com entusiasmo, a fundação do IPES foi saudada pelas entidades de classes empresariais, pelos intelectuais e políticos de orientação liberal-conservadora, por autoridades eclesiais e pelo conjunto da mídia brasileira”. Sendo um órgão fundado com a intenção de influenciar as opiniões das camadas médias da sociedade civil e disseminar a necessidade de se acabar com as práticas que considerava “anarquistas” entre a população e que culminariam na ascensão de um regime comunista. Ideologicamente divergente, o ISEB, apesar de sua defesa da participação das massas na condução do progresso econômico da nação através do nacional-desenvolvimentismo, estaria restrito em sua elaboração teórica e participativa ao campo de ação do próprio Estado, visto que funcionava como um órgão do mesmo e seus ideólogos lhe eram igualmente vinculados.

Assim, considerando a efetiva participação de setores organizados da sociedade civil e o modo como influenciaram opiniões em prejuízo do governo de Jango, tendo ainda em seu aporte alguma parcela do exército brasileiro - sendo este chave de grande relevância para a legitimação do golpe frente ao povo - pode-se dizer que se havia somado forças entre aparelhos estatais e civis, o que caracterizava o levante como sendo não só militar, mas, com alguma participação civil, ainda que por meio do encabeçamento de suas diretrizes no que concerne ao benefício dos grandes empresários ligados ao capital internacional, portanto, cabe assim chamar o ato que depôs João Goulart de golpe civil-militar. E este se deu sob o pretexto – que não se aplica de fato - de ser o então presidente um componente da extrema esquerda que queria impor ao país o regime comunista e que o referido processo seria iniciado com as reformas de base que estavam entre as propostas do governo, destarte, o IPES conclamava a população ao dever de defender sua pátria do terror vermelho e rechaça-lo, nutrindo desta maneira o sentimento do anticomunismo entre a massa e, não obstante, trazendo-a para o lado conservador da disputa ideológica que se vinha travando.

Indiscutivelmente, a campanha anticomunista levada adiante pelos golpistas através dos principais meios de comunicação da época, contando com a participação de setores mais conservadores da Igreja Católica, levou uma parte das camadas médias, em pânico diante do “perigo comunista”, a emprestar apoio aos golpistas. Fato este que não pode justificar a tese de que a sociedade brasileira como um todo teria concordado com a deposição de Goulart, apoiando a

conspiração golpista e o estabelecimento da ditadura (PRESTES, 2014).

Assim, estando o IPES em alinhamento com a grande mídia brasileira à época e tendo a liberdade necessária para, desde os ambientes das fábricas, passando pelas igrejas e chegando ao exército, difundir suas ideias que pregavam a deposição de Jango, espalhando entre estes a aversão ao comunismo, a classe econômica dirigente do golpe civil-militar encontrava-se cada vez mais próxima de seu êxito, tendo este ocorrido com a tomada do poder pelos militares na manhã do dia 31 de março de 1964, quando estes depois de alguns anos minando a legitimidade do governo de João Goulart e tendo apoio de grandes grupos religiosos, político, econômicos marcham em direção ao Rio de Janeiro para a tomada do poder.

O ano de 1964 ficaria, portanto, marcado na história brasileira como uma das épocas mais violentas do país, onde o Estado tomado pelo exército empreenderia perseguição, prisão, tortura e morte a todos quantos considerasse subversivo, sempre apoiado na prerrogativa de que estaria defendendo a pátria de ataques comunistas que se arranjavam por debaixo dos panos. Nesse sentido, papel fundamental na organização militar para controle civil exerceu a Escola Superior de Guerra (ESG) que se sustinha na ideologia de Segurança Nacional, cujo maior representante no Brasil foi o General Golbery do Couto e Silva. A referida instituição na sanha de garantir a segurança interna do país, acreditava que

A maior prioridade para os países subdesenvolvidos é a segurança interna do país contra a ameaça comunista. Nessa perspectiva do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional, todos os cidadãos eram considerados suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência. Surgindo assim, graves abusos de poder pelos militares na repressão do “inimigo interno” (CRESTANI, 2011, p. 3).

O empreendimento militar na época pós-golpe, quando se exacerbaram as violências advindas com a ideologia anticomunista e que, também resguardada pelo apoio midiático e interesses das elites conservadoras, ganhava fôlego desde as investidas contra o governo de Jango, nos anos imediatamente seguintes se legitimara por meio de manobras que conferiria legalidade às ações engendradas pelo Estado, passando a dar tom de aceitação por meio da lei desde as ações violentas contra a dita subversão, até aos

atos de rechaçamento de políticos vinculados à ideologias de esquerda e que exerciam mandatos para os quais foram eleitos democraticamente.

Os Atos Institucionais baixados durante a ditadura exemplificam bem isto. O AI 1, segundo análise de Leandro de Araújo Crestani, (2011, p. 5) “limitava os poderes do Congresso Nacional. Os poderes dos legislativos eram, em grande parte, transferidos ao poder Executivo”. E prossegue, “autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão dos direitos políticos por um período de dez anos. O Ato continha uma lista daqueles que imediatamente perderiam seus mandatos e direitos políticos” (CRESTANI, 2011, p. 5). As deliberações implicadas no AI 1, por sua vez, eram grandes incentivadoras da já mencionada ideologia de Segurança Nacional que configurava-se como o pano de fundo que possibilitava o terror promovido pelo Estado, já que era em torno desta ideia que se legitimava a ESG na perseguição de seus opositores comunistas.

2 – Relações da CNBB com os movimentos sociais: a afirmação de uma igreja dos pobres

A participação da CNBB no apoio a diversos bispos que se se haviam decidido por dar suporte à luta popular contra o regime militar e os males que este trazia consigo, foi de fundamental importância para a criação de novos setores de organização comunitária bem como para o desenvolvimento dos mesmos. O amparo dado às massas por homens como D. Hélder Câmara, bispo da Diocese de Olinda e um dos primeiros religiosos componentes da hierarquia a tomar postura rígida no combate aos militares; D. Antônio Batista Frago, primeiro bispo da Diocese de Crateús, e que se dedicou arduamente ao trabalho de base junto aos pobres; e outros, serviu para ensinar ainda mais novos grupamentos de pessoas com o fim de resistir às opressões que vinham sendo instituídas para, em detrimento dos pobres, beneficiar o capitalismo que se buscava fortificar dentro do país, estratificando economicamente ainda mais as diferenças sociais entre ricos e pobres.

Em entrevista dada à jornalista Helena Salem (1981, p.106), por D. Helder, este explica que grande importância há - para estabelecimento de uma sociedade mais justa - no ato de se deixar envolver pelas causas das lutas populares, tendo o coração aberto a se integrar e aprender com o povo marginalizado sobre a sua vida, sua luta, suas tristezas, etc. Nesse instante é que segundo o Bispo se cumpre o chamamento pastoral, pois é aí que surge efeito a atitude de proclamar o Reino de Deus: para que todos desfrutem de justiça. Portanto, cumprir este roteiro, nos fins da década de 1960, era também percorrer o caminho que se abriu com o Concílio Vaticano II, onde muito se discutiu sobre os problemas sociais latino americanos, como a pobreza, a violência, a desigualdade social, o

descaso governamental com as classes desabastadas, etc, e diante deste quadro, seria sugerido e acatado pela hierarquia católica latino-americana que suas ações solidárias deveriam ter como principal alvo os aviltados socialmente. Isto sintetizou-se no que acabou sendo a chave interpretativa para atuação da Igreja na sociedade nos anos seguintes “A opção preferencial pelos pobres”. Foi graças a esta abertura que teve D. Hélder Camara como um de seus pioneiros agitadores, que diversas ações - quando não encabeçadas pela igreja, tinham-na com efetividade em sua composição – foram empreendidas no sentido do apoio da igreja à proteção do povo e à sua luta, sob forte influência da nova corrente de interpretação da teologia da libertação, que amparou-se nas reflexões sobre as práticas cotidianas de busca por justiça em favor dos oprimidos e mesmo nas diretrizes do Concílio Vaticano II, para se mostrar como uma linha de pensamento e ação com suficiente força para auxiliar o povo de Deus, naquele tempo muito oprimido pelos poderes dominantes.

Tendo isso em mente, pode-se voltar a questão dos posicionamentos institucionais da Igreja na luta contra os golpistas. Assim, apesar da valente participação dominicana no apoio à resistência armada contra o regime militar e o modo como foram presos e torturados, pondo fim assim ao seu vínculo com a ALN, o que se via no quadro que revelava o momento histórico do Brasil à época era um cenário de desolação em razão dos abusos militares aos direitos democráticos e humanos com o fim de manter o regime no poder e assim garantir o funcionamento do plano de “desenvolvimento” econômico para o país. O Estado militarista lançava-se com violência exacerbada sobre qualquer um que ousasse questionar sua autoridade. A hierarquia da Igreja permanecia - exceto por alguns poucos casos - estagnada frente ao cenário de desrespeito para com a vida. Vítima dos militares e, em alguma instância, também dessa estagnação da hierarquia eclesiástica, Frei Tito, no fragmento anteriormente citado, denunciava a falta de ação da Igreja enquanto instituição organizada e que desfrutava a liberdade de não estar submetida às vontades do regime militar e conclamava-a para tomar partido a favor dos violentados e oprimidos pela ditadura.

Institucionalmente, a hierarquia eclesiástica, desde 1966 quando D. Agnelo Rossi assumira a liderança da CNBB, permaneceria, como aponta Helena Salem, “mais voltada para as questões litúrgicas e de burocracia interna, ignorando o laicato e a ação social” (SALEM, 1981, p.45). Deste modo, enquanto o golpe era dado e os militares ascendiam ao comando do país, a igreja internalizava suas forças e dirigia sua atenção às questões de sua própria organização burocrática, tendo inclusive, a princípio, apoiado e aplaudido a ação golpista, não se importando muito com a conturbada crise política, social e econômica que se agravava entre o povo. Entretanto, a despeito dessa “indiferença” da Igreja à esta realidade, os movimentos do laicato componente da JOC

(Juventude Operária Católica) e ACO (Ação Católica Operária), bem como alguns outros membros da CNBB que não tinham hegemonia dentro da comissão, afirmam-se ainda mais na luta contra os golpistas e afixam-se na negação do sistema capitalista sob a alegação de que este, resguardado pelo Estado, seria a fonte de todo tipo de sorte de desigualdades sociais entre o povo brasileiro (SALEM, 1981, p. 46) e defendiam, ainda, segundo a JOC e a ACO (SALEM, 1981, p. 47), que o posicionamento cristão naquele momento de repressão das liberdades e de violência institucionalizada deveria ser a de que, tal qual Jesus, seria necessário desafiar em prol da justiça, inclusive, as lideranças eclesiais da Igreja brasileira.

Sob este contexto, o ano de 1968 seria repleto de manifestações estudantis e operárias em diversos pontos do país, com a aglutinação de civis de ambos os grupos que bradavam contra os golpistas, contando sempre com a participação da JOC e ACO em sua estruturação. O governo então responderia a estes tantos movimentos de protesto com o AI-5 (Ato Institucional 5), que reprimia todo tipo de manifestação e organização popular, impondo o cerceamento das liberdades civis. A repressão após o AI-5 alcançaria proporções de imensa brutalidade e acometoria desde os clérigos até os leigos contrários aos militares (vide o caso dos dominicanos outrora estudado), e estes, por sua vez, colocariam na mira dos fuzis quaisquer pessoas que se dispusessem a ir contra seus comandos. A arquidiocese de Olinda e Recife que tinha como líder diocesano D. Hélder Câmara, reconhecidamente progressista em suas ideias e no modo como conduzia sua prática pastoral, sempre em convivência muito próxima ao povo, partilhando suas angústias e lutas, experimentaria o peso da repressão militar:

O brutal assassinato de Padre Henrique, 29 anos, responsável pela pastoral da juventude, a 26 de maio de 1969, insere-se nesse contexto de repressão violenta. Depois de ser várias vezes anonimamente ameaçado, padre Henrique foi sequestrado pelo grupo pára-militar Comando de Caça aos Comunistas (CCC), amanhecendo, no dia seguinte, torturado e degolado em um campo próximo à Universidade Católica. Este ato bárbaro comoveu o povo do Recife, que acompanhou revoltado o cortejo fúnebre solenemente encabeçado por D. Hélder, a despeito das forças armadas terem ocupado as ruas da cidade (SALEM, 1981, p.48).

Mesmo em meio as notícias e prova material da barbárie empreendida pelos militares e por aqueles que com eles compactuavam na caça aos comunistas, a posição oficial da Igreja era de resignação. Segundo Löwy (2000, p.142), D. Agnelo Rossi, recusava-se a se manifestar em denúncia contra as ações violentas dos militares, tendo, inclusive, em uma visita feita ao General Médici em 1969, elogiado o governo e demonstrado a vontade que a Igreja tinha em unir forças a eles. Por outro lado, a parte em número reduzido e efetivamente discordante dessas posições de D. Agnelo, fazia-se ouvir quando nas denúncias aos abusos cometidos pelos militares: D. Hélder Camara, em 1970, de Paris denunciaria a prática de torturas nas prisões brasileiras e tornar-se-ia alvo dos golpistas e da imprensa favorável a eles, sendo tomado como um detrator da pátria para o estrangeiro. No mesmo ano, com a promoção de D. Agnelo a um alto posto em Roma, D. Paulo Evaristo Arns assume a liderança da CNBB e D. Aloísio Lorscheider é eleito presidente da mesma, essas mudanças de cargos propiciaram uma abertura bastante importante para uma tomada de posição combativa à ditadura dentro da conferência. Segundo Löwy (2000, p. 144) “A Igreja surgiu aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares, como o adversário principal do estado autoritário”.

No Livro “A Igreja dos Oprimidos”, Salem (1981, p. 52) relata que D. Paulo logo em seu início como liderança da CNBB, entraria em seu primeiro combate ao regime militar quando verificou em uma visita aos presos políticos Padre Giulio Vicini e a assistente social Iara Spadini as torturas barbaras sofridas e, sob permissão do então governador de São Paulo, quis que médicos o acompanhassem ao DOPS paulista para atestar os flagelos sofridos pelos presos e fora impedido pelas autoridades responsáveis do lugar. D. Paulo revidaria mandando fazer e fixar em todas as paróquias da arquidiocese uma nota onde expunha e repudiava as torturas sofridas pelo sacerdote e pela assistente social no DOPS.

Com essa guinada da CNBB para o lado oposto aos dos generais e a decisão de encarnar as diretrizes tomadas durante o Concílio Vaticano II, dentre elas a da “opção preferencial pelos pobres”, aqueles religiosos, como D. Hélder Câmara e demais sacerdotes que já ajudavam na organização das comunidades de modo a dar-lhes meios para defesa contra a opressão do Estado, não estariam mais isolados em suas lutas respectivas, doravante, com o apoio das lideranças mais avançadas da Conferência, os movimentos de resistência comunitária desses religiosos são fortalecidos, bem como, outros vão aparecendo. Na medida, porém, em que vão surgindo novos focos de resistência ao poderio militar, intensificam-se também as perseguições às comunidades organizadas e aos seus respectivos organizadores. Isto faz com que a emissão de notas sacerdotais denunciando as arbitrariedades do governo, as violências e as injustiças cometidas, aumentem e tornem-se cada vez mais radicais na sua tônica contra o regime e

contra aquilo a que este resguardava: o capitalismo. Exemplo disso é o texto “Eu ouvi os clamores do meu povo”, assinado por 13 bispos da hierarquia do Nordeste em 1973 e que sinalizava a condição precária da região e do povo nordestino em razão do descaso com que sempre fora tratado e que no regime ditatorial piorava em função da violência sobre os homens e mulheres habitantes de lá. O documento conclamava os fiéis e mesmo os que não professavam a religião católica à luta pela libertação de sua condição de pobreza histórica, como mostra um dos fragmentos pinçados por Helena Salem (1981, p.56). E ainda segundo o referido documento:

Esta realidade de miséria que recai mais pesada ainda sobre o Nordeste, longe de ser o efeito inevitável de uma insuficiência da natureza, é, antes de mais nada a consequência de um processo fixado pela vontade dos homens comprometidos com o capitalismo internacional. (...) A injustiça geradora dessa situação tem seu fundamento nas relações capitalistas de produção, que dão obrigatoriamente origem a uma sociedade de classes marcada pela discriminação e pela injustiça (SALEM, 1981, p. 55).

A nova característica progressista da CNBB, assim, representa ao povo brasileiro, ora interrompido em seus direitos civis pelos militares, uma voz pela qual este se poderia fazer escutar. A tomada de consciência e proposta de ação do clero brasileiro sobre as condições de vida a que estavam submetidos os populares, fazia com que os sacerdotes identificassem-se ainda mais com eles, não somente na defesa de seus direitos, mas, na luta que ao seu lado travariam. Em momentos como os que corresponderam ao do regime militar, onde diversos grupos sociais foram submetidos à expropriação de suas terras, direitos civis e mesmo de sua cultura, o novo fôlego da CNBB significaria também uma nova esperança que se foi construindo à medida em que, legitimada pelas decisões dos bispos nas conferências, a ala progressista apoiada pela ala moderada dos bispos, articulava novas maneiras de ação em favor dos oprimidos. A exemplo disso, pode-se dizer sobre o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) que passará a se envolver efetivamente nas questões relacionadas às lutas por terras que estariam sendo invadidas e tomadas dos povos indígenas brasileiros. O conselho passará a atuar na defesa dos direitos destes povos à terra onde há muito tempo habitavam. Helena Salem (1982, p. 57), lança mão de fatos ocorridos durante o regime militar, onde grandes extensões de terras ocupadas por povos indígenas teriam sido, em alguns casos, cedidas e em outros,

invasões, sob a permissão da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), órgão controlado pelo estado totalitário, para e por empresários atrelados ao capital internacional. Em não poucas oportunidades, quando na ocasião das invasões, colheitas inteiras eram destruídas. Além da morte de vários indígenas, a autora, revela a morte de alguns sacerdotes que lutaram em defesa dos povos ora violados.

O CIMI somando-se a alguns chefes indígenas então passaria a pautar políticas que ajudassem na luta pela demarcação e proteção das terras indígenas. Neste sentido, e devido ao fato de que “até o final de 1979, dois terços das áreas indígenas do país ainda não tinham sido objeto de demarcação. E das áreas demarcadas, várias estavam invadidas” (SALEM, 1981, p. 84), apoiaria a organização interna das tribos para ajudar na resistência não só nas possíveis lutas físicas, mas, com algum amparo intelectual no que se refere às batalhas com caráter mais burocrático. A maior vitória do conselho, portanto, estaria na ocasião da organização dos próprios índios e na conexão que ajudou a promover entre diversas tribos que juntas também organizavam-se diante necessidade da retomada das terras que lhe foram roubadas, pressionando uma ação efetiva da FUNAI em consumir a demarcação das terras a serem preservadas às comunidades, assim:

No primeiro semestre de 1978 estouraram as rebeliões do Kaingang, em Rio das Cobras, PR, e Nonoai, RS, contra os intrusos nas áreas indígenas. As ações organizadas em defesa da terra se multiplicaram em todas as regiões, revelando as consciências dos índios de que só sob essa pressão a FUNAI cumpriria sua obrigação de demarcar as reservas (SALEM, 1981, p. 84).

Além do CIMI, outras pautas abraçadas pela CNBB também foram bastante eficazes no sentido de fortalecer a resistência de grupos ameaçados pelo governo militar e sua política que, no campo se caracterizaria pela expansão do latifúndio. É o caso dos que residiam em regiões campestres e que com a expansão industrial que se vinha buscando alavancar no país, em muitos momentos viam-se coagidos pelos blocos empresariais que amparados pelos Estado promoviam a expulsão de famílias das terras onde havia gerações habitavam. Em muitos casos a percepção sobre os problemas enfrentados pelos camponeses diante da expansão dos latifúndios e do largo desmatamento que afetava-lhes diretamente, não ocorreu de modo proposital, isto porque para estas áreas eram enviados sacerdotes que não tinham afinidade com qualquer causa social de combate à pobreza. Assim, era durante o contato destes com os camponeses ameaçados que a afinidade dos religiosos pelas causas populares nascia.

A consciência sobre os problemas da expulsão dos camponeses de suas terras levou a CNBB em 1975 a criar a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que visava proteger as pessoas ameaçadas pela expansão capitalista em direção ao campo. A decisão pela criação da comissão deu-se depois da constatação de diversos bispos atuantes em prelazias, sobretudo do estado do Amazonas, de que a realidade dessas áreas era a de que o povo pobre vinha sendo esmagado pela máquina do desenvolvimento. Os camponeses, diante do fato de estarem as companhias capitalistas licenciadas pelo Estado, não tinham a quem recorrer e contavam apenas com a força de seus braços para resistir a essa situação que dia após dia se agravava. A comissão seria assim um meio de pensar os problemas de situações que se repetiam em diversos lugares do país e não só na Amazônia.

Entretanto, não é correto pensar que a Igreja tenha se mobilizado nesse sentido somente após a ação da CNBB, antes, o que aconteceu é que anterior ao posicionamento dos bispos, já havia envolvimento tanto de religiosos como de leigos com a causa de trabalhadores que se viam ameaçados pela situação do desterramento que se repetia em diferentes localidades dentro do território brasileiro, assim, a CPT não era a inauguradora do movimento de luta nesse setor. O movimento, bem como a luta, já existiam e a CPT cumpria o papel de organizar e promover o compartilhamento de experiências entre os grupos que lutavam contra uma mesma ameaça, com o fim de ajudar a fortalecer as defesas destes movimentos. Segundo Antônio Carlos Moura (1981, p. 89), este impulso deu-se por meio de um trabalho que se estendia à educação, desde a alfabetização de crianças e adultos até a formação política fornecendo meios para que estes pudessem estar a par dos seus direitos, além de fomentar, através de pequenos cursos, a criação de novos núcleos sindicais que se pudessem opor aos sindicatos pelegos. Contudo, prossegue Moura (1981, p. 90), o papel da Igreja, através da CPT, não é tornar a comissão em um instrumento de cooptação dos trabalhadores à instituição católica, ao contrário, ao procurar ajudar o trabalhador em suas lutas e na supressão de suas carências materiais, a intenção não é cobrá-lo futuramente tornar-se religioso, mas, emancipá-lo para que este seja construtor e agente de sua própria história. Como aponta ainda o autor: “a proposta, portanto, não é levar o sindicato para dentro da Igreja, mas, a Igreja (trabalhadores cristãos) para dentro dos sindicatos” (MOURA, 1981, p.90), assim, estando e participando dos sindicatos enquanto classe, somando na luta dos trabalhadores e entendendo que lutar por justiça é também um ato de fé.

A resposta do Estado dada a esses movimentos organizados por forças conjuntas entre os trabalhadores rurais e a CPT veio de maneira violenta. Vários membros do laicato atuantes na CPT foram presos e espancados, padres e bispos estiveram sob ameaças de sofrerem violência física e de serem processados e quando

estrangeiros, estiveram sob ameaça de serem expulsos do país. A retaliação, por sua vez, teria espaço também dentro da Igreja quando, segundo Moura (1981, p.91) membros integrantes da hierarquia que de alguma forma tinham vínculos com o latifúndio, procuraram deslegitimar a ação da CPT. Porém, a despeito de seus opositores, a CNBB em 1980, quando em Assembleia Geral, pendeu ainda mais às causas defendidas pela Comissão e aprovou um documento chamado “Igreja e problemas da terra”, onde se admitia os problemas oriundos da concentração de terras no país e além disso, comprometia a Igreja a cuidar para que suas terras exercessem função social no sentido de impedir que passassem a servir aos fins da especulação imobiliária e respeitando os direitos dos que trabalhavam na terra. O reflexo dessa autocrítica levada a cabo na CNBB, promoveu as medidas tomadas e que visavam o incentivo da organização dos trabalhadores de modo a estimular a participação destes em sindicatos, comissões, associações de modo livre e autônomo, requerendo direitos que dizem respeito à sua classe trabalhista. A CNBB entrava, portanto, com estas posições na linha de choque com a ditadura que logo após sua chegada ao poder reprimira as organizações em quaisquer grupos políticos que não lhe fossem aparelhados com a finalidade de coibir quaisquer organizações que inspirados pelas experiências latino-americanas na luta contra o imperialismo norte-americano, pudessem representar qualquer possibilidade de frustração para os propósitos expansionistas de seu mercado.

3 – As CEBs e a resistência camponesa à ditadura

Outro momento de florescimento nas ações oriundas dessa nova orientação adotada na CNBB, deu-se na constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento estes que, por conta de sua dinâmica social, estaria na composição de tantos outros movimentos de resistência, sobretudo, no campo e, inclusive, no modo de organização do CIMI e da CPT. Apesar de ser um movimento antecessor à característica progressista da Conferência dos Bispos do Brasil, foi após a guinada desta importante instituição que, politicamente, as comunidades de base passaram a ter voz ativa na rigidez contra as imposições dos militares. As CEBs seriam, talvez, a maior revelação sobre a força que a teologia da libertação alcançou junto ao povo em meio à realidade injusta que sobre ele pesava. Nessas comunidades buscava-se – com considerável sucesso – experimentar a prática da fé através de uma vivência empreendida na perspectiva de um cristianismo calcado na realidade brasileira, onde o esmagamento das classes trabalhadoras e pobres se dava para viabilizar um desenvolvimento que privilegiava as classes historicamente dominantes na nação.

As CEBs, assim, destacaram-se pela importância que tiveram na formação de bases sólidas para os movimentos de resistência que surgem a partir de sua interpretação

religiosa teológico-libertadora. Essas comunidades foram espaços onde se poderia trabalhar pela formação – também política – de seus membros, exercitando junto a eles os valores que a ala progressista da Igreja naquele momento tomava como base de sua fé, encarnando atitudes contidas nas palavras de Cristo no que sugere a ação em defesa dos pobres e da valorização destes como parte central e efetiva do Reino de Deus:

Jesus condenou tudo aquilo que oprime e aliena a pessoa humana. Veio propor a destruição de todas as barreiras que dividem os povos e separam os homens em classes sociais antagônicas. [...] Jesus exerceu assim uma crítica a todos os regimes, sistemas e modos de produção que criam obstáculos ao homem, chamado à plenitude da liberdade e do amor, na comunhão com outros homens e com Deus (BETTO, 1985, p. 5).

Embora o já mencionado Concílio Vaticano II tenha considerável importância para a abertura e funcionamento das CEBs como comunidades onde os clérigos poderiam trabalhar em perspectiva da resolução dos problemas que se identificavam dentro das comunidades, em seu artigo onde discute a participação de Dom Fragozo a frente da Diocese de Crateús, na resistência contra o regime militar, Montenegro (2005, p. 6) procura desconstruir a concepção de que fora o Concílio que propiciou a prática da opção pelos pobres concretizada nas CEBs. Segundo o autor, o Concílio teria sido uma resposta positiva de legitimidade ao trabalho que já vinha sendo exercido por diversos religiosos empenhados no convívio com os habitantes das comunidades onde se encontravam. Pontuar esta posição de Montenegro é importante ao trabalho para que se possa evidenciar que a comunidade eclesial de base precisa ser enxergada como um movimento voluntário e que são importantes justamente por serem movimentos com ampla participação e integração da comunidade na vida religiosa, onde até mesmo o direcionamento de ação das paróquias acontecia em acordo com as demandas da localidade.

Apesar da concepção de Montenegro sobre a existência das CEBs serem anteriores ao Concílio, deve-se reconhecer também o fato de que foi em razão dele que efetivamente parte da hierarquia da Igreja decidiu se posicionar contra o Estado militar brasileiro e debater com a parte conservadora dela mesma em favor dos pobres. O descontentamento da hierarquia eclesial mais conservadora frente à autonomia de que já se desfrutava nas ceps e que com o Concílio é efetivada, não seria a toa se olhado do ponto de vista do controle da Igreja sobre os fiéis. Isto se deu porque, em vista da falta de

sacerdotes no Brasil na década de 60 e, conseqüentemente, a carência de padres para pastorear as paróquias dos arredores da comunidade, houve a adaptação dos fiéis a esta situação, já que “ao longo do tempo, as comunidades que surgem e se mantêm sem a presença constante do sacerdote veem nele uma “desnecessidade”” (SANTOS, 2006, p. 15), visto que a presença ou ausência do sacerdote não alterava a rotina nas comunidades, uma vez que estas já teriam uma dinâmica própria de funcionamento, como apontado acima.

Em seu livro intitulado “O que é comunidade eclesial de base”, Frei Betto tece uma fundamental caracterização sobre quem eram os membros das comunidades e é através dela que se pode também compreender os agentes sociais que compõe as CEBs, sendo estes pertencentes a uma determinada classe: a que historicamente era massacrada econômica e politicamente e que, com o advento do regime militar passaria a viver sob uma supressão ainda mais agravada. Frei Betto configura os componentes das ceps como homens e mulheres que partilhavam a mesma fé, pertenciam a mesma Igreja e moravam na mesma região. Essa vivência comum propiciava entre os membros o compartilhamento também dos problemas do cotidiano e a luta pela solução destes, e quando inspirados por anseios e esperanças libertadoras reivindicavam direitos que, até então, lhes eram negados. Eram subempregados, donas-de-casa, aposentados, operários, etc (BETTO, 1985, p.7). Todos pertencentes, como dito, às classes marginalizadas dos ganhos sobre a produção de capital. Assim, o fato de possuírem essas características de organização horizontal², tendo as próprias pessoas que compunham o grupo como motor propulsor das engrenagens das comunidades, movidos pelos anseios da superação de suas necessidades e a busca pela justiça, era natural que movimentos sociais de contestação do *status quo* também surgissem deste ambiente, e nesse caso, a agitação de protestos se dava muito em razão de as suas diretrizes de ação estarem sob influência de padres com ideal libertador, o que culminava na formação de um igreja/comunidade engajada na luta pela transformação da realidade de muitas injustiças na qual se inseria.

Frei Betto elenca três momentos primordiais para a compreensão da dinâmica das CEBs. Inicialmente elas ocorriam em torno da profissão da fé cristã e do serviço eclesial, quando os fiéis enxergavam a necessidade dessa comunidade também para a vivência em comunhão com as propostas do evangelho de Cristo de amor e cuidado com o próximo. Neste sentido, uma das principais prerrogativas dos grupos seria a de comungar tanto as alegrias quanto as tristezas, “buscando no evangelho as pistas para a

² Este termo é empregado para caracterizar que nas CEBs, ainda que se tivesse a presença de um clérigo ou outro líder religioso, era comum que as decisões dentro da comunidade fossem tomadas em acordo com a vontade de uma maioria, não com privilégios de decisão dados a um ou outro agente dentro da comunidade, mesmo que possuíssem algum título hierárquico dado pela Igreja.

atividade social” (BETTO, O que é Comunidade Eclesial de Base, 1985, p. 8); segundo, essas comunidades passam a uma ação mais abrangente a partir das reflexões sobre a fé e a justiça. Nasce, assim, os movimentos populares onde participam pessoas das mais diferentes crenças: “católicos, protestantes, espíritas, ateus, etc., todos os que se colocam ao lado do oprimido” (BETTO, O que é Comunidade Eclesial de Base, 1985, p. 8).

Desde a base, diversos grupos vão se formando em torno das mais diversas causas, constituindo uma malha de “pequenas organizações onde o povo faz a experiência de união, mobilização e pequenas vitórias em suas lutas locais e regionais” (BETTO, O que é Comunidade Eclesial de Base, 1985, p. 8). O terceiro momento irá trabalhar para o fortalecimento do movimento operário, onde “muitos membros das comunidades, na cidade e no campo, participam da oposição sindical e dos sindicatos autênticos, (...) atuam nas greves e lutas de suas categorias” (BETTO, O que é Comunidade Eclesial de Base, 1985, p. 8). Esses três momentos citados referenciam o quanto as CEBs influenciavam a realidade de seus membros - mesmo quando não adquiriam traços políticos - no que se refere a tornar-se alternativa ao modelo capitalista, caracterizado pelo exacerbamento do individualismo, cooperando para que um espírito de resistência ao Estado surgisse nas relações humanas dentro da comunidade. Deste modo, é possível observar o quanto as CEBs proporcionaram a muitos cristãos quando sensibilizados com as situações de injustiça, a vivência de sua fé de modo a torná-la prática, encarnando-a na direção da caminhada por uma sociedade mais justa que pudesse ser tomada como a construção inicial do Reino de Deus.

Fundamental para compreender o seu papel estratégico – ressaltando que é importante não conceber as comunidades apenas em suas ações práticas de combate ao governo militar – é perceber sua presença onde as ideias acadêmicas não chegavam, isto é, junto aos camponeses que afastados dos grandes centros não compunham as fileiras entre os que se revoltavam em chãos de fábricas e nem em ambientes estudantis. Era através delas que os camponeses, vítimas do projeto econômico desenvolvimentista que promovia o êxodo rural pela expropriação de terras, conheciam maneiras de resistir ao poder opressor do Estado e do capitalismo. A teologia da libertação aqui, com sua diretriz de posicionamento a favor dos pobres, exerce influência significativa no auxílio a estes, como resalta Rossana Rocha Reis (2012, p. 103) “Diversas CEBs, dioceses e grupos são formados para articular as demandas dos trabalhadores rurais e denunciar a violência e o abandono dos quais eles eram vítimas”. Pode-se, portanto, verificar o quanto efetivas eram as CEBs em sua capacidade de organização dos vários núcleos da sociedade – desde os habitantes do campo até os grandes centros industriais - no que concerne a promover reflexões que ajudassem o povo a resistir ao poder de um Estado que reprimia as massas e as submetia a tantos arrochos necessários à consolidação do capitalismo.

Tais características das comunidades eclesiais de base, portanto, chocavam-se com as diretrizes adotadas no Brasil durante o período em que os militares estiveram no poder. O fato de em seu seio pensarem soluções e articularem ações para combater a situação de injustiça que sofriam, punha as comunidades num confronto ideológico direto com a ditadura, isto por que esta dinâmica infringia o AI-5 no que se refere à proibição ao povo de poder se reunir em quaisquer grupamentos que tivessem fins de discussões políticas. Na medida em que a dureza e violência do Estado recrudesca a maneira como conduzia seu governo de resguardador do *status quo* da condição de pobreza de parte da população, tanto mais acentuavam-se as motivações dos membros das CEBs em combatê-lo. Lutar contra o Estado era igualmente lutar por uma sociedade mais justa, assim, no combate às situações de injustiça estrutural que se abatiam contra os trabalhadores, as CEBs eram essencialmente importantes na organização do povo. O fragmento abaixo evidencia bem as variadas maneiras de resistência dessas comunidades em diversos pontos do país:

No Acre, elas organizavam os camponeses e os seringueiros, e estão presentes em todas as lutas em defesa da posse da terra contra os latifundiários. Debatem política (...), atuam nos sindicatos (...). No sul do Pará, igualmente, as cebs envolvem-se profundamente nas lutas dos camponeses, assim como em Crateús no Ceará, em Goiás Velho, em São Félix no Mato Grosso do Norte, em Propriá em Sergipe, no interior da Bahia ou na Paraíba. Na periferia das cidades, como Recife, Salvador, Vitória, organizam-se nos bairros e são a vanguarda na resistência ao despejo. Em uma metrópole como São Paulo, no ABC paulista, em Volta Redonda, articulam os operários industriais, se lançam nas greves, nos movimentos contra a carestia, na atividade sindical e partidária (SALEM, 1981, p. 163).

Um caso bastante relevante sobre o trabalho feito nas e pelas comunidades de base é o da Prelazia de São Félix que estava localizada na Amazônia e viu de perto, a partir da década de 1970, a chegada devastadora dos grandes latifúndios reservados à criação de gado e que desmatava largamente para a implementação de pastos e do grande capital, personificado nas empresas do sul do país e estrangeiras, por meio dos incentivos fiscais dados pelo governo à SUDAM (superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e que resultaria na abertura de estradas como a Transamazônica e a Cuiabá-

Santarém (MOURA, 1981, p. 191). Esses empreendimentos seriam responsáveis por graves conflitos originados na expulsão de povos indígenas dessas áreas bem como de uma população de posseiros trabalhadores nas atividades extrativistas na área.

A história da comunidade de São Félix é pioneira na luta dos indígenas, posseiros e peões ameaçados pela expansão do latifúndio nos arredores e todos os males que os empreendimentos latifundiários traziam consigo, sejam estes a expropriação e ocupação de terras indígenas, bem como a exploração do trabalho nas grandes fazendas que se iam formando no território. A chegada de D. Pedro Casaldáliga à prelazia de São Félix do Araguaia aconteceu em 1968 e logo se tornaria patente aos olhos do religioso o isolamento daquele povoado tanto dos serviços do Estado quanto da própria Igreja. Moura (1981, p. 191) informa que era comum que as pessoas da localidade só contassem com a presença de um padre uma vez por ano. O distanciamento do povo local das tradições eclesiais baseadas em antigas posições reacionárias favoreceu, portanto, a organização do povo nas fileiras de resistência ao grande capital, naquele momento participante como fração dominante do Estado militar. Essa organização se dava dentro dos trabalhos nas CEBs que, em 1970, a partir da chegada de mais agentes pastorais, começam a trabalhar pela construção de uma infraestrutura que fosse minimamente capaz de suprir as necessidades da população local, tendo dado início a construção de dois espaços, um que serviu à saúde e outro que serviu como escola que mais tarde recebeu professores enviados pelo Estado.

A chegada de novos agentes pastorais para apoio dos trabalhos que vinham sendo empreendidos na prelazia de São Félix, acabou propiciando também a expansão das CEBs para comunidades vizinhas onde em cada uma delas se buscou implantar uma comunidade de base que pudesse trabalhar para melhoramento das condições de vida nos lugares alcançados. Estes movimentos de expansão ficaram conhecidos como Campanha Missionária e foi no intervalo entre as campanhas de Pontinópolis e de Serra Nova que chegara a notícia de que Pedro Casaldáliga teria sido elevado à posição de Bispo daquela prelazia. Agora, bispo, Pedro passaria a ter voz de mais destaque nas denúncias contra os abusos a que vinham sendo submetidos os componentes daquela comunidade, deste modo, a equipe que trabalhava junto ao sacerdote aproveitaria o momento para lançar “uma carta pastoral com um dramático e realista retrato da região e com a proposta de trabalho por parte de padres, religiosas, agentes leigos e o bispo” (MOURA, 1981, p.194), essa carta levou o nome de “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social”. Tanto o lançamento desta carta, quanto ações de combate ao latifúndio que já se vinham travando antes de sua sagração ao posto de bispo, colocou a comunidade e Casaldáliga sob os olhares atentos da Segurança Nacional.

A partir do momento da emissão dessa carta, as represálias dos empresários que mantinham interesses capitais na região aumentaram em relação ao povo da prelazia. Em 1972 quando de uma investida contra a construção de um ambulatorio na região, trava-se uma luta entre os moradores em confronto de resistência contra os jagunços que teriam sido mandados por empresários da região para demolir a construção. Além disso, segundo Moura (1981, p.194) a mídia estava favorável aos empresários e propagava a informação irresponsável de que Casaldáliga era um comunista infiltrado e que a comunidade que se vinha construindo em São Félix do Araguaia estava atrelada ao movimento de resistência da Guerrilha do Araguaia, grupo do PC do B (Partido Comunista do Brasil) que escolhera o caminho da luta armada contra os militares. Estas informações levaram à instalação de diversas bases militares nos arredores dos povos da prelazia. Em 1973 os territórios da prelazia foram de fato ocupados por agentes da polícia federal, soldados e oficiais do exército e da aeronáutica e o Estado passaria a espalhar seu terror sobre a população local:

As casas nos povoados eram vasculhadas, posseiros espancados no meio da rua, professoras colocadas em fila sob a mira de metralhadoras. Os padres, o bispo e as freiras tiveram suas casas revistadas e cercadas. Quatro padres ficaram presos durante uma noite e foram seviçados para revelar onde se escondiam dois agentes leigos. Foram presos e levados para o quartel do Exército, em Campo Grande, amarrados e algemados, seis agentes pastorais leigos, uma professora, filha da própria região, e um líder posseiro. Todos foram torturados para confessar ligações imaginárias entre a prelazia e partidos e organizações clandestinos (MOURA, 1981, p. 195).

O ano de 1973 foi, portanto, traumático para os moradores da prelazia, onde muitos se amedrontaram e durante algum tempo perderam o ânimo em lutar pelas causas de combate às injustiças que se impunham sobre eles. Porém, em 1975 a luta floresce com a criação, numa reunião dos bispos que aconteceu em Goiânia, de uma CPT que cuidaria das causas pela justiça na região em que a prelazia estava localizada, na Amazônia. A luta dessa comunidade passaria, então, a impulsionar a luta por terra em outras regiões do país. A partir deste momento, a mídia passa exercer papel importante no degrado da imagem da prelazia de São Félix, tendo a Rede Globo propagado por duas vezes, em horário nobre, notícias que insinuavam a ligação da comunidade com o

comunismo chinês. Em nota emitida D. Pedro desmente as informações e as esclarece argumentado que antes o próprio regime militar teria espalhado folhetos de cunho comunista pelas Igrejas em outros lugares do país tentando deslegitimar a voz da instituição na denúncia contra o governo; que em outros momentos, outras prelazias mais progressistas também teriam sido difamadas com informações parecidas; que os grupos que dominavam, inclusive, a mídia estariam inconformados com a criação de frentes de luta pela terra como a CPT.

O interesse midiático era, deste modo, direcionar a opinião pública para que apoiasse a expulsão de D. Pedro Casaldáliga do país. Tal artimanha foi tramada mas não chegou a acontecer devida a coesão da CNBB com a linha de atuação de Casaldáliga e em seus posições de combate aos interesses do capital e dos militares. Os intentos para expulsão do prelado se dariam também de dentro da hierarquia quando o bispo de Diamantina, D. Sigaud, viria à mídia afirmar que o bispo de São Félix seria uma “infiltração comunista na Igreja”. De acordo com Antônio Carlos Moura (1981, p.198), um dossiê reproduzido pela mídia e lançado por Sigaud, teria caído no ridículo com informações rasas e que não se confirmavam.

A luta de D. Pedro Casaldáliga, dos agentes pastorais e leigos, das freiras e dos padres que o ajudavam ao lado do povo, assim, apesar de seus reveses marcados por violência e mortes de alguns dos membros de sua igreja, legou à comunidade o espírito de luta e de resistência ao regime que se procurava impor como representante dos interesses do grande capital. A consciência de que ao lado do povo era que se deveria ganhar as lutas, fazia também com que os dirigentes das CEBs entrassem em uma sintonia de igualdade com o povo, fazendo das lutas deste as suas lutas, dos sofrimentos deste o seu sofrimento. Assim,

Morrer – como o povo morria – de doença, desnutrição ou furado por faca ou bala nunca foi apenas uma remota hipótese, para os agentes pastorais da prelazia de São Félix. Se nenhum deles chegou a essa prova extrema, não foram poucas as oportunidades em que ela esteve bem próxima. Essa convivência com o sofrimento e a morte plasmaram a unidade da equipe, dando-lhe, aos poucos, anos de vida, uma maturidade não conseguida em decênios por outras igrejas (MOURA, 1981, p. 199).

Referências

- BETTO, F. (1985). *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense.
- BETTO, F. (2006). *Batismo de Sangue: Guerrilha e morte de Carlos Marighella* (14ª ed.). Rio de Janeiro: ROCCO.
- CRESTANI, L. d. (2011). O SURGIMENTO DO INIMIGO INTERNO: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). *História em Reflexão - revista eletrônica de História*, 1-16.
- DIAS, M. F. (2012). *Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico*. São Paulo.
- FEIJÓ, S. C. (2011). *Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue*. São Paulo.
- LÖWY, M. (1991). *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez.
- LÖWY, M. (2000). *A guerra dos deuses - religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes.
- PRESTES, L. (s.d.). *ILCP - Instituto Luiz Carlos Prestes*. Fonte: www.ilcp.org.br: http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=320:as-interpretacoes-do-golpe-de-1964-o-confronto-ideologico&catid=18:artigos&Itemid=140
- REIS, R. R. (2012). O DIREITO À TERRA COMO UM DIREITO HUMANO: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMENTO DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL. *Lua Nova*, 89-122.
- SALEM, H. (. (1981). *A Igreja dos Oprimidos*. Pinheiros: Brasil Debates Ltda.
- SANTOS, G. P. (2006). *A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E O IMPACTO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBS) DURANTE O PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)*. Fonte: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_teatologia_da_libertacao_e_o_impacto_das_comunidades_ecclesiais_de_base_cebs_durante_o_periodo_da_ditadura_militar_1964-1985.pdf
- TOLEDO, C. N. (2006). A Luta Ideológica na conjuntura de 1964. *e-premissas - revista de estudos estratégicos*, 120-130.